

Norchem Participações e Consultoria Ltda.

(Anteriormente denominada como Norchem Participações e Consultoria S.A.)

CNPJ nº 43.834.894/0001-28

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....		594	302	Outras obrigações.....			
Aplicações financeiras.....	3	20.796	20.979	Fiscais e previdenciárias.....	4b	51	84
Outros créditos.....	4a e 6	2.345	1.844	Diversas.....		864	861
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos.....	4a e 6	494	596	Outras obrigações.....	4b e 5		
Depósitos dados em garantia.....	5	25.740	25.354	Fiscais e previdenciárias.....		27.376	27.049
Total do ativo		49.969	49.075	Patrimônio líquido	7	21.678	21.081
				Capital social.....		19.950	19.950
				Reserva de capital.....		73	73
				Reservas de lucros.....		1.655	1.058
				Total do passivo e patrimônio líquido		49.969	49.075

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Resultado financeiro	3	859	1.053
Receitas/(despesas) operacionais		9	(224)
Despesas tributárias.....		(63)	(70)
Outras despesas administrativas.....		(264)	(191)
Outros resultados operacionais.....	8a	336	37
Resultado operacional		868	829
Resultado antes da tributação sobre lucro		868	829
Imposto de renda e contribuição social	6	(271)	(256)
Provisão para imposto de renda.....		(118)	(193)
Provisão para contribuição social.....		(51)	(78)
Ativo fiscal diferido.....		(102)	15
Lucro líquido do exercício		597	573
Número de quotas/ações ao final de cada exercício..	7	19.950.000	950.000
Lucro líquido por quota/ação - R\$		0,03	0,60

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenção para investimentos	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2019		34.000	1.973	4.182	2.156	-	42.311
Aumento de capital.....	7	5.900	(1.900)	(4.000)	-	-	-
Redução de capital.....	7	(19.950)	-	-	(1.073)	(21.023)	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	573	573
Distribuição de dividendos (R\$ 0,41 por ação)....	7	-	-	-	(780)	-	(780)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	7	-	-	28	-	(28)	-
Reserva estatutária.....	7	-	-	-	545	(545)	-
Em 31 de dezembro de 2020		19.950	73	210	848	-	21.081
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	597	597
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	7	-	-	30	-	(30)	-
Reserva estatutária.....	7	-	-	-	567	(567)	-
Em 31 de dezembro de 2021		19.950	73	240	1.415	-	21.678

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Norchem Participações e Consultoria Ltda. ("Empresa") anteriormente denominada como Norchem Participações e Consultoria S.A., tem como objeto social a administração de recursos próprios, a participação direta ou indireta em outras sociedades e a prestação de serviços de consultoria. Atualmente, a empresa se dedica à administração de recursos próprios.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas pela empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Base de preparação e apresentação - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1).

(b) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem depósitos em conta corrente.

(c) Aplicações financeiras - (i) Classificação e mensuração - A Empresa classifica seus ativos financeiros como títulos para negociação, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Valor justo - Os valores justos dos investimentos são apurados com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(d) Outros créditos - Demonstros ao custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(e) Passivo circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. **(i) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 9%, conforme artigo 3º da Lei nº 7.689. O ativo e o passivo fiscal diferidos são calculados sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 9% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de ativo e passivo fiscal diferidos de IRPJ e CSLL, respectivamente.

(h) Capital social - As ações/quotas são classificadas no patrimônio líquido.

(i) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

3. Aplicações financeiras

(a) Composição da carteira

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Certificado de depósito bancário.....	20.796	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	20.979
Total	20.796	20.979

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações financeiras			
Certificado de depósito bancário.....	-	20.796	20.796
Total - 2021	-	20.796	20.796
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	20.979	-	20.979
Total - 2020	20.979	-	20.979

O resultado financeiro, no valor de R\$ 859 (2020 - R\$ 1.053), é composto por remuneração de depósito bancário e receita sobre aplicações em títulos públicos do governo brasileiro.

4. Outros créditos e outras obrigações

(a) Outros créditos - Estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 494 (2020 - R\$ 596) e impostos e contribuições a compensar e recuperar no montante de R\$ 2.090 (2020 - R\$ 1.832).

(b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias - Referem-se, principalmente, a provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 27.376 (2020 - R\$ 27.049). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos".

5. Passivos contingentes e obrigações legais: As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras.

(a) Provisões constituídas

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais e previdenciárias				
- obrigações legais.....	25.740	25.354	27.376	27.049
Total	25.740	25.354	27.376	27.049

(ii) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	27.049	27.049	27.049	26.793
Despesas financeiras - juros.....	154	154	243	243
Atualização a ser reembolsada.....	173	173	13	13
Saldo final	27.376	27.376	27.376	27.049

A Instituição também é parte de processo administrativo de natureza tributária, caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tal demanda, que envolve multa aduaneira e perdimento no valor de R\$ 92 (2020 - R\$ 89).

6. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem dos créditos tributários são demonstradas como segue:

	2021	2020
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais e depósitos judiciais.....	235	313
Provisão de honorários advocatícios.....	259	272
Outros.....	-	11
Total de créditos tributários - ativo	494	596

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Norchem Participações e Consultoria Ltda.

(anteriormente denominada Norchem Participações e Consultoria S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Norchem Participações e Consultoria Ltda. ("Companhia") (anteriormente denominada Norchem Participações e Consultoria S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norchem Participações e Consultoria Ltda. (anteriormente denominada Norchem Participações e Consultoria S.A.) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade

para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.

PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

